



Alienação: categoria chave para a análise das opressões¹

Alienation: a key category for the analysis of oppression

Renata Gomes da COSTA*

<https://orcid.org/0000-0002-3231-4472>

Monique Soares VIEIRA^{2}**

<https://orcid.org/0000-0002-4463-5724>

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar as raízes das opressões. Para tal, parte da hipótese de que a categoria alienação é a chave analítica para o entendimento das diversas manifestações das opressões na sociedade burguesa. O percurso do debate empreendido no trabalho partiu tanto da teoria do valor trabalho como da exploração em Marx, por compreender que são elementos estruturantes das relações sociais no capitalismo.

Palavras-chaves: Capitalismo. Exploração. Alienação. Opressão.

Abstract: This paper aims to analyse the roots of oppression. It hypothesises that alienation is the analytical key to understanding the various manifestations of oppression in bourgeois society. The course of the debate undertaken in this paper comes from Marx's labour theories of value and exploitation, since we understand that they are structuring elements of social relations in capitalism.

Keywords: Capitalism. Exploitation. Alienation. Oppression.

Submetido em: 19/8/2018. Revisado em: 30/10/2019 e 28/7/2020. Aceito em: 3/8/2020.

1 Introdução

As diferentes formas de opressão são objetos de inúmeras pesquisas e estudos que buscam desvendá-las e propor saídas para a superação. No caso das opressões contra as mulheres, o movimento feminista, no Brasil, foi o autor principal desse debate e das lutas travadas contra as discriminações e desigualdades. O campo destinado aos chamados estudos de gênero conta com uma vasta literatura e

¹ Agradecemos ao economista Gustavo Bhering pelos comentários sobre a teoria do valor trabalho em Marx. Evidentemente, as análises, opiniões e conceitos expressados nos artigos são de inteira responsabilidade das autoras.

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta I da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil). Av. Pasteur, 296, Urca, Rio de Janeiro (RJ). CEP.: E-mail: renata.costa@unirio.br.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta II na Universidade Federal do Pampa. (UFP, São Borja, Brasil). Rua Ver. Alberto Benevenuto, 3200, Bairro Passo, São Borja (RS). E-mail: moniquevieira@unipampa.edu.br.

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

uma diversidade de concepções teóricas e políticas sobre a conceituação e caracterização das diferentes formas de opressão contra as mulheres, machismo, baixos salários, dupla jornada de trabalho, diversas expressões de violência, dentre outros.

O objetivo do presente artigo não será revisitar tal literatura trazendo os pontos similares e discordantes, mas apresentar uma possibilidade de análise que busca entender a raiz das opressões de forma geral. O intuito é apresentar um caminho possível para se analisar os fundamentos dessa opressão, de onde surge e como se expressa nas relações sociais.

A hipótese do trabalho retoma a tese de Kergoat (2009; 2010) que afirma a primazia da classe social no entendimento das relações sociais e que as opressões contra as mulheres são determinadas, no capitalismo, pela luta de classes. Essa hipótese requer questionar como as classes sociais são constituídas no capitalismo. Esse questionamento é respondido quando se analisa o processo de produção de valor, a exploração e a alienação da força de trabalho.

Tais elementos formam o mote central para se destrinchar a raiz das opressões. A discussão de Marx da teoria do valor possibilita afirmar que as opressões só serão superadas com a superação da exploração e da divisão em classe sociais. Essa constatação parte de argumentos que diferenciam opressão de exploração, em que a segunda é a base material da primeira.

Essas constatações possibilitaram aprofundar os elementos centrais que definem e caracterizam a lógica, a raiz, o fundamento da opressão na sociedade do capital. Há o convencimento de que a alienação seja a categoria chave para o entendimento da opressão por se caracterizar como uma mediação entre exploração e opressão; por isso, é necessário revisitar a teoria do valor em Marx para compreender a exploração no capitalismo. Tal debate será desenvolvido nos dois tópicos a seguir.

2 A lógica do modo de produção capitalista

O capitalismo inaugurou uma fase nova na história da humanidade, com novos fenômenos e novas questões não vistas em outros modos de produção, principalmente, no que se refere à exploração da força de trabalho e a produção da pobreza, miséria, desigualdade e opressões, pois:

[...] se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava (NETTO, 2011, p. 153).

Essa pobreza não só apresentava elementos materiais, mas englobava outros aspectos e desigualdades próprias da lógica do sistema capitalista, pois, como afirma Santos (2013), “[...] a continuidade do sistema capitalista necessita da sua reprodução ideológica, o que faz pelos mecanismos eficientes de moralização, tendo em vista a manutenção desse poder vigente” (SANTOS, 2013, p. 78). As mudanças sociais,

culturais e políticas são determinadas pelas transformações ocorridas na base material, Marx e Engels (1998) são categóricos ao afirmar:

[...] será necessária uma inteligência excepcional para compreender que, ao mudarem as condições de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções, os seus conceitos – numa palavra, a sua consciência? [...] O que prova a história das ideias, senão que a produção espiritual se transforma com a transformação da produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante (MARX; ENGELS, 1998, p. 28).

Isso não significa dizer que haja uma relação mecânica entre economia, cultura e política. A história é um processo. Afirmar que, ao mudarem as bases materiais se muda, de modo processual, a sociedade como um todo não reafirma uma leitura mecanicista e economicista, mas explicita a localização e importância que a base material tem para a vida social. Como afirma Huberman (1986, p. 62): “[...] se analisarmos os processos históricos, observaremos que as mudanças sociais decorrem a partir de um longo tramitar com recuos e avanços”.

As desigualdades são gestadas a partir de uma base material: as mudanças nas relações econômicas modificam as relações sociais, culturais e políticas. Essa afirmativa parte de constatações históricas. Huberman (1986) deixa claro que “[...] crenças, leis, formas de vida em conjunto, relações pessoais – tudo se modificou quando a sociedade ingressou em nova fase de desenvolvimento” (HURBERMAN, 1986, p. 28).

Marx (2008) afirma que cada modo de produção cria relações de governo e de direito próprias. Essas constatações justificam os argumentos sobre a importância da base material. Aqui pode se perguntar: mas antes do capitalismo havia opressões contra as mulheres e negros, como afirmar que essas desigualdades advêm com o capitalismo? Como entender essa base material? Quais os parâmetros e elementos centrais que nos auxiliam na compreensão sobre as opressões? Um caminho possível é o entendimento de que a lógica do modo de produção capitalista, a produção de valor e o processo de exploração são elementos centrais para desvelarmos a natureza da sociabilidade do capital.

Marx, ao destrinchar a produção de valor no capitalismo, apresentou fatores imprescindíveis que explicam essa lógica. Iniciou a análise pela mercadoria como forma elementar de riqueza na sociedade capitalista, definindo-a como um objeto, ou seja, uma coisa que satisfaz necessidades humanas, seja como meio de subsistência, objeto de consumo ou meio de produção. O autor adverte no primeiro prefácio do Livro I, volume I de *O Capital*, que as análises têm como pressuposto categorias econômicas e que as pessoas as representam,

Uma palavra para evitar possíveis equívocos. Não foi róseo o colorido que dei às figuras do capitalista e do proprietário de terras. Mas, aqui, as pessoas só interessam na medida em que representam categorias econômicas, em que simbolizam relações de classe e interesse de classes. Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo

por relações, das quais ele continua sendo, socialmente criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas (MARX, 2012, p. 18).

Essa advertência de Marx é essencial ao entendimento sobre as opressões, pois estas não se expressam de forma homogênea para todos os sujeitos, a posição de classe é fundamental e determinante para as relações sociais vivenciadas de forma individual e coletiva. O capital é uma relação social e produz relações sociais. O entendimento dessa afirmativa perpassa por compreender o ponto inicial de Marx, a mercadoria, para, assim, compreender as relações sociais. Para Marx, a mercadoria é uma unidade contraditória entre valor de uso e valor de troca e supõe uma forma de divisão social do trabalho, bem como a exploração da força de trabalho.

O valor de uso diz respeito a utilidade que determinada mercadoria possui e diz respeito às propriedades físicas, materiais ou de qualquer outra natureza. Os valores de troca dizem respeito as razões pelas quais essas mercadorias são trocadas. Uma mercadoria possui tantos valores de troca quanto outras mercadorias existem. Só se pode falar do valor de troca do trigo se este for definido como a razão de troca do trigo em relação à outra mercadoria, como o ferro. Portanto, Marx deixa bastante claro o tratamento rigoroso que se deve ter ao se definir a unidade de medida na qual um valor de troca é expresso, ou seja, se está medindo uma determinada quantidade de trigo trocada em relação ao ferro, ou em relação a tecido, ou a qualquer outra mercadoria. Conforme argumenta Marx, essas razões de troca, os valores de troca, são determinados por razões do que ele denomina *valor*. Uma mercadoria pode possuir diversos valores de troca, entretanto, possui apenas uma quantidade de valor, pois enquanto o valor de troca se configura numa grandeza relativa, o valor é uma grandeza absoluta.

Para analisar a grandeza do valor, Marx se propôs a destrinchar a substância do valor, em que ele supõe que as mercadorias são produzidas com trabalho humano homogêneo³ e que o valor é a cristalização do trabalho humano, ou seja, este é a substância do valor. As mercadorias diferenciam-se nos valores de uso (trigo, ferro, botas, tecidos, roupas, etc.), e o ponto comum entre todas é o dispêndio de tempo necessário para a produção. Para Marx, o valor é medido pela quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção de mercadorias em condições normais. De acordo com Marx:

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade 'objetiva', inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria. Em consequência, a forma simples de valor da mercadoria é também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma do valor (MARX, 2012, p. 83).

No capitalismo, as mercadorias são produtos a serem trocados visando à acumulação de riqueza, que é apropriada pelos donos dos meios de produção. Tem-se, portanto,

³ De acordo com Marx (1984, p. 45): “Todavia, o trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho”.

uma divisão de classe que explica a vida social, o sistema político e as relações na totalidade. As relações jurídicas e políticas, afirma Marx (2012), erguem-se na base material da sociedade, na estrutura econômica, a qual corresponde determinadas formas de consciência, ou seja, o modo de produção determina a vida social, política e intelectual em geral. Os meandros desse processo possibilitaram o entendimento de fenômenos como a alienação que se entende ser uma categoria chave para a análise das opressões.

Mas antes é preciso entender que o processo de valorização ocorre na produção, na qual o trabalho é despendido e consumido, e se realiza na circulação. A circulação simples de mercadorias começa com a venda e termina com a compra (M-D-M). A circulação do dinheiro como capital inicia-se com a compra e termina com a venda, o objetivo é angariar mais dinheiro (D-M-D’).

A busca por lucro é explicada por Marx a partir da exploração da força de trabalho no processo de produção. O autor deixa claro que a formação da mais-valia não é explicada pela transação: vendedor vende acima do valor de troca; o comprador compra abaixo do valor de troca. A mais-valia não se origina da situação do consumidor pagar a mercadoria acima do valor, pois não é um acréscimo nominal no preço e, além disso, deve-se ter em mente que circulação e troca de mercadorias, para Marx, não criam nenhum valor:

Para transformar dinheiro em capital, tem o possuidor do dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta, outra mercadoria para vender (MARX, 2012, p. 199).

Marx adverte que não é a natureza que produz de um lado possuidores de dinheiro e de capital e de outro, possuidores da força de trabalho. Essa relação não é natural e não esteve presente em todos os períodos históricos, pois é “[...] o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social” (MARX, 2012, p. 199).

O possuidor da força de trabalho, o(a) trabalhador(a), vende a mercadoria ao capitalista. No processo de produção de mercadoria, uma vez descontada a reposição dos meios de produção (produto líquido), os capitalistas, por possuir a propriedade privada dos meios de produção, apropriam-se de parte do trabalho direto usado na produção. Essa fração do trabalho direto não pago à classe trabalhadora é a mais-valia, que é a origem do lucro e que permite acumular mais capital, uma vez que essa mais-valia é realizada no processo de circulação. Assim, a extração de mais-valia só é possível mediante um processo de exploração da força de trabalho que empobrece o sujeito trabalhador na condição física e espiritual.

Se o valor de uma mercadoria é determinado, como afirma Marx (2012), pela quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção, deve-se analisar quais

os mecanismos utilizados para extrair e se apropriar de mais trabalho e gerar o processo de valorização e acumulação de capital.

A exploração da força de trabalho é o elemento central no modo de produção capitalista para garantir esse processo de formação do valor “[...] a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia” (MARX, 2014, p. 586).

Para garantir a produção de mais-valia, o capitalista pode aumentar a jornada de trabalho e/ou usar métodos, no processo de trabalho, que permitem produzir mais em menos tempo⁴. Esse processo de exploração é legitimado, de um lado, por um arcabouço político e jurídico e, de outro, pelo processo de alienação da classe trabalhadora. Como afirma Marx (2014, p. 732), “[...] na religião, o ser humano é dominado por criações de seu próprio cérebro; analogamente, na produção capitalista, ele é subjogado pelos produtos de suas próprias mãos”.

A alienação sustenta e legitima a exploração da força de trabalho. Sem o processo alienante gerado na produção os(as) trabalhadores(as) não submetem a essa lógica do capital. No próximo tópico, caracterizar-se-á a alienação no capitalismo e se explicitarão os elementos que fazem desta categoria, um elemento chave na compreensão e análise das opressões.

3 A alienação no capitalismo

A alienação é um fenômeno histórico-social. Marx (2015) afirma que a alienação é um fenômeno prático gerado no processo produtivo, no qual os sujeitos alienam-se perante o produto produzido, o trabalho realizado e diante dos outros indivíduos. Marx centrou as análises na alienação econômica, mas forneceu os fundamentos necessários para se entenderem os processos de opressões que têm as raízes fincadas na forma como se explora a força de trabalho. O processo de trabalho no capitalismo é caracterizado por Marx (2012) da seguinte maneira:

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não se desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível à execução do trabalho. [...] Ao penetrar o trabalhador na oficina do capitalista, pertence a este o valor-de-uso de sua força de trabalho, sua utilização, o trabalho. [...] o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista

⁴ “A mais-valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho. Mas, quando focalizamos o movimento da mais-valia, se desvanece essa aparência de identidade” (MARX, 2014, p. 587-588).

comprou, entre coisas que lhe pertence (MARX, 2012, p. 219 coloquei na referência marcado em verde).

De acordo com Marx (2015), o processo produtivo não produz simplesmente o sujeito como mercadoria-sujeito, mas como um ser desumanizado tanto espiritual como corporal. Vive-se em uma realidade alienada, que resulta “[...] do homem exteriorizado, do trabalho alienado, da vida alienada, do homem alienado” (MARX, 2015, p. 317). Compreender e relacionar esses fatores, tendo como chão e base a teoria do valor em Marx possibilita o entendimento da lógica e das relações sociais na sociedade capitalista.

Marx (2015), dialogando com Lauderdale, Malthus, Say e Ricardo, deixa claro que esses economistas esquecem que “[...] a produção de demasiado útil produz população demasiado inútil. Ambos os lados esquecem que esbanjamento e poupança, luxo e privação, riqueza e pobreza são iguais” (MARX, 2015, p. 396).

Isso ocorre porque, no capitalismo, o trabalho torna-se mercadoria, como afirma Marx (2015), a mais miserável das mercadorias. Pela lógica da produção capitalista, a miséria do trabalhador está na relação inversa do poder e da magnitude da produção. O resultado da concorrência capitalista é a acumulação de capital a um número restrito de capitalistas, essa lógica sustenta-se na divisão em duas classes, os proprietários e os trabalhadores.

O trabalho no capitalismo é um processo de desrealização do sujeito, de perda do objeto, de submissão. O próprio trabalhador é um objeto do processo produtivo, quanto mais produz, menos possui e mais recai sob a dominação capitalista.

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas, cresce a desvalorização do mundo dos homens em proporção direta. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o trabalhador como uma mercadoria, e, a saber, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 2015, p. 304).

Para Marx (2015), quando se tira do indivíduo o objeto de trabalho, arranca-lhe a vida genérica, a objetividade genérica, de tal modo que o conceito de trabalho alienado apresenta-se na realidade. Trabalho alienado é um conceito prático. Konder (2009) salienta que a alienação econômica é a raiz do fenômeno global da alienação, o que não significa reduzir os fenômenos a esse tipo de alienação, uma vez que antes de os indivíduos fazerem política, ciência, cultura e religião, necessitam vestir-se, alimentar-se, beber. Antes do trabalho intelectual, realizou o manual.

O que tem feito que a vida social, de um ou de outro modo, venha girando sempre, através da história, em torno da economia – o que tem feito com que a economia venha sendo sempre ‘a espinha dorsal da sociedade’ – é aquilo a que Sartre, na sua recente *Critique de La raison dialectique*, dá o nome de *rareté*: a pobreza em que ainda se encontra o desenvolvimento da dominação do homem sobre o seu mundo. O relativo atraso, ainda não superado pela humanidade como um todo. A defasagem que ainda subsiste entre as riquezas

controladas pelos homens para um desfrute seguro, verdadeiramente humano e geral (KONDER, 2009, p. 48-49).

Um sistema fundamentado na desigualdade entre capitalistas e trabalhadores, jamais conseguirá gestar a igualdade plena, como a de sexo, uma vez que o embasamento mátrio perpassa por isso. Konder (2009) afirma que é no capitalismo que a alienação assume as características da *reificação*, ou seja, desenvolve a capacidade de esmagar as qualidades humanas e individuais do trabalhador, transformando tudo em mercadoria. Vive-se, assim, em uma sociedade alienada, pois “[...] sob o capitalismo, a humanidade desenvolverá extraordinariamente o domínio da realidade natural, mas sacrifica ainda mais profundamente do que em épocas precedentes o seu domínio da realidade social” (KONDER, 2009, p. 129). Em síntese, o capitalismo produz um processo de alienação que se caracteriza:

[...] na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem 1) a natureza, 2) ele próprio, a sua própria função ativa, a sua atividade vital, assim ele aliena do homem o gênero; torna-lhe a vida genérica meio de vida individual. Primeiro, aliena a vida genérica e a vida individual e, segundo, torna a última na sua abstração finalidade da primeira, igualmente na sua forma abstrata e alienada (MARX, 2015, p. 311).

O trabalho alienado não cria apenas a relação alienada com o objeto e o ato da produção, mas cria relações alienadas entre os sujeitos. Essas relações desaguam na sociedade como um todo, não estão restritas aos trabalhadores(as). Como afirma Marx (2015):

Em primeiro lugar, é de observar que tudo o que aparece no trabalhador como atividade de exteriorização, de alienação aparece no não trabalhador como estado de exteriorização, de alienação. Segundo, que o comportamento real, prático, do trabalhador na produção e para com o produto (disposição de ânimo) aparece no não trabalhador que o enfrenta como comportamento teórico. Terceiro. O não trabalhador faz contra o trabalhador tudo o que o trabalhador faz contra si próprio, mas não faz contra si próprio o que faz contra o trabalhador (MARX, 2015, p. 321).

O terceiro elemento do processo de alienação é o elemento chave para a compreensão da raiz das opressões. Observe: se esse processo produtivo impõe uma alienação perante o outro, como não hierarquizar os sujeitos? Como não produzem as desigualdades e diferenças que oprimem e discriminam? Essas questões, em nenhum momento, pretendem focar apenas nos elementos objetivos e desconsiderar que há possibilidades de resistência a esse contexto. Contudo, essencialmente, as opressões não serão superadas sem a superação desse processo alienante que, como explica Marx, aliena o sujeito do seu corpo, da natureza fora dele, da essência espiritual e da essência humana, a “[...] alienação do homem, em geral, toda a relação em que o homem está para consigo mesmo, primeiro se realiza, se exprime, na relação em que o homem está para com o outro homem” (MARX, 2015, p. 314).

O centro desse debate atenta para se observar que o processo de produção no capitalismo produz o sujeito como um ser desumanizado, tanto espiritualmente como corporalmente. No capitalismo, tem-se uma vida humana alienada e as opressões não

estão no limbo da sociedade, mas partem da totalidade social que tem na produção a base material das relações sociais. Para Marx (2015, p. 319), “[...] toda servidão humana está envolvida na relação do trabalhador com a produção e todas as relações de servidão são apenas modificações e consequências dessa relação”.

Como em uma sociedade que possibilita o estranhamento do sujeito perante outro e o gênero humano não seria solo fértil para as opressões? A desigualdade entre a força de trabalho masculina e a feminina se fundamenta na produção. Vejamos algumas questões sobre a força de trabalho feminina que proporciona as mulheres serem vistas como *sexo frágil*, como *seres inferiores*. Marx (2015, p. 260) ao debater sobre o salário nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos afirma que “[...] as grandes oficinas compram preferencialmente o trabalho de mulheres e crianças, porque este custa menos que o dos homens” (MARX, 2015, p. 260).

Citando o exemplo das fábricas norte-americanas, no ano de 1833, constata que as mulheres ganhavam bem menos e trabalhavam bem mais. Observa-se que a força de trabalho feminina é quantitativamente mais explorada, e esse processo de exploração é a base para entendermos as opressões contra as mulheres, pois:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p. 67).

O processo de extração de mais-valia, de exploração da força de trabalho, é perpassado pelas relações de sexo. Obviamente que se construirá um conjunto de regras culturais, simbólicas e ideológicas para a permanência das opressões, que se torna interessante no modo de produção capitalista, no qual seu eixo central é a extração de mais-valia, uma vez que:

[...] as desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiram à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos [...] (SAFFIOTI, 2013, p. 67).

Esse processo de submissão e de dominação facilitou, e ainda facilita, como afirma Saffioti (2013), a elevação do montante do trabalho excedente. De acordo com Toledo (2008), a opressão da mulher não surgiu com o capitalismo, esteve presente, por exemplo, nas sociedades escravistas. Contudo, é no capitalismo que se acirram as opressões, ao combinar exploração, dupla jornada de trabalho e baixos salários, criando, assim, outras formas de opressão. Para Harvey:

[...] os capitalistas usam o poder das diferenças sociais em seu próprio benefício ao máximo. [...] Nas fábricas do chamado mundo em desenvolvimento são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizadas ao extremo, em

condições muitas vezes semelhantes à dominação patriarcal. Isso acontece porque, em uma tentativa desesperada de exercer e manter o controle do processo de trabalho, o capitalista tem de mobilizar qualquer relação social de diferença, qualquer distinção dentro da divisão social do trabalho [...] é um desejo de manter os privilégios (HARVEY, 2011, p. 90).

Dessa maneira, deve-se reconhecer e analisar que existe uma particularidade no processo de exploração da força de trabalho dos sujeitos que historicamente foram considerados inferiores. Essa constatação não objetiva explicar as opressões sofridas pelas mulheres somente pela estrutura econômica, mas afirmar que a base material, o processo produtivo, é o determinante das relações. Por que as mulheres são consideradas inferiores? Por que são vítimas das inúmeras formas de violência? Onde se originam esses fenômenos? Por que as mulheres pobres são as mais afetadas com os processos de exploração e opressão? Por que os exemplos citados por Marx (2012; 2014) trazem as mulheres como a força de trabalho mais explorada? Observe:

Vimos que o desenvolvimento do modo capitalista de produção e da força produtiva do trabalho, causa e efeito ao mesmo tempo da acumulação, capacita o capitalista a pôr em ação maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva ou intensivamente as forças de trabalho individuais. Vimos também que ele compra mais forças de trabalho com o mesmo capital, ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão de obra amadurecida por mão de obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela dos jovens ou crianças (MARX, 2014, p. 747).

O barateamento da força de trabalho das mulheres pode ser pensado por um duplo movimento: 1) como reflexo da opressão; 2) como mecanismo exponencial a opressão. A compra dessa força de trabalho justifica-se, assim, pela possibilidade maior de exploração e extração de mais-valia, motor do modo de produção capitalista, desses sujeitos que historicamente em outras culturas, em outros modos de produção, foram considerados inferiores e sofreram as mais diversas opressões.

Engels (2012) discorre sobre a origem dessas desigualdades que, nas primeiras experiências de organizações humanas, foram explicadas pelas questões biológicas e, em seguida, aprofundam-se como elementos propulsores dos diversos modos de produção.

De acordo com Carrasco e Petit (2012), a exploração é um fato histórico determinante e decisivo que subordina o destino dos sujeitos oprimidos. Os(as) exploradores(as), no percurso da história, utilizaram-se das desigualdades preexistentes, aprofundaram-nas, criaram outras, a fim de aumentar os lucros e privilégios. Esse objetivo, por mais lucro e privilégio, é o mote central que propicia a manutenção das opressões.

O entendimento desse processo passa pela análise das particularidades do capitalismo nas diferentes formações econômico-sociais. Apesar de não ser nosso objetivo neste trabalho, a análise dos processos de opressão e exploração nos países de capitalismo dependente, pois para esta discussão, optou-se por desvendar os elementos gerais que

explicam as opressões, vale destacar algumas ponderações que são pistas analíticas que contribuirão com estudos e análises futuras.

É de extrema necessidade compreenderem-se as particularidades do capitalismo no Brasil. Sinalizaram-se as características da exploração e da alienação de maneira geral, para em seguida, particularizar as especificidades em cada formação social e histórica.

A lógica interna do modo de produção é a mesma, a natureza não se modifica, mas as condições para a produção, extorsão e realização da mais-valia diferenciam-se, como afirma Antunes (2011, p. 64): “[...] as classes sociais não são diferentes na América Latina, pois o que é diferente é o modo particular do modo de ser do capitalismo, a forma pela qual ele se objetiva”

Nossa formação colonial, afirma Antunes (2011), é expressão de uma dada forma de exploração vinculada à acumulação primitiva que se iniciou nas metrópoles, por isso é necessário pautar as nuances do processo de exploração num capitalismo dependente como o brasileiro, pois “[...] o Brasil encontrou na dependência e no subdesenvolvimento a sua forma de integração para fora e desintegração para dentro” (ANTUNES, 2011, p. 61). Assim, torna-se de suma necessidade o desvendamento da subordinação estrutural da América Latina ao imperialismo e dentro desse debate, a particularidade brasileira, pois, como afirma o autor, o capitalismo dependente é uma realidade histórica na América Latina.

Marx (2008) afirma que a produção não é somente particular, é um corpo social que exerce uma atividade. Por isso, torna-se indispensável discernir entre a produção em geral, os ramos de produção particulares e a totalidade da produção. Os diferentes graus da produção possuem determinações em comum que o pensamento precisa generalizar, mas não se pode tomá-los como verdades absolutas de forma abstrata e homogênea, desconsiderando os diversos e diferentes graus históricos da produção nas diferentes formações sociais.

O Brasil ainda mantém o caráter de economia dependente e subordinada aos países centrais. Essas particularidades devem ser mais bem esmiuçadas em pesquisas e análises que se propõem a um estudo sobre as manifestações das diferentes opressões. A exploração e a opressão contra as mulheres, por exemplo, apresentam especificidades se analisadas em países do capitalismo central e/ou dependentes.

Ao mesmo tempo, as diversas opressões, seja das mulheres, ou negros(as), etc., não são superadas por um maior nível de desenvolvimento. Isso acontece porque as opressões são estruturadas nas características do próprio modo de produção capitalista e têm como suporte material a alienação. A produção de valor no capitalismo explica a raiz desses fenômenos que aparentam ser questões culturais e simbólicas autônomas e capazes de serem superadas no capitalismo. Mesmo na sociedade burguesa, há espaços de enfrentamento da exploração e opressão, mas a superação só é possível com a superação da base que as apoiam. As opressões são sustentadas por esse modo de produção que explora e aliena a força de trabalho.

4 Considerações finais

Os processos de exploração e alienação possibilitam compreender as diferentes formas de opressões em geral e, em particular, aquela que impacta diretamente as mulheres. O sistema capitalista não criou a inferiorização social das mulheres, por exemplo, mas, pela maneira que foi constituído, baseando a produção e a reprodução na exploração do trabalho como mote central, aprofundou e radicalizou as desigualdades existentes. As opressões, preconceitos, discriminação, exploração de sexo e raça/etnia funcionam como fatores de conservação do sistema capitalista.

O capitalismo expandiu-se, foi se modificando conforme os elementos conjunturais e demonstrando que, enquanto ele perdurar, não se alcançará a emancipação humana. Isso é emblemático na maneira que se enfrentam as opressões no capitalismo como, por exemplo, a ampliação das políticas para as mulheres não garantir a superação das opressões que esbarrarão nos limites estruturais do modo de vida social existente.

Assim, indaga-se: como emancipar o gênero humano em um sistema essencialmente alienante? Compreender o processo de alienação no capitalismo, sobretudo como elemento que também se estabelece na esfera da reprodução social e no cotidiano de mulheres e homens, possibilita o entendimento dos fundamentos das opressões.

Focar nas expressões da opressão, como violência, baixos salários, controle do corpo, da sexualidade, como fenômenos autônomos e fragmentados, mais dificulta do que possibilita uma visão de totalidade que entenda de onde partem os dramas e questões vivenciados na sociedade atual.

Compreender essas questões é de suma importância para se traçar o panorama de luta e resistência. Sem adentrar na lógica do modo de produção capitalista, continuar-se-á ou individualizando as opressões, ou entendendo-as de forma moralista. Ou mesmo acreditando que se superarão por completo os inúmeros fenômenos que engendram as opressões. Há possibilidades de enfrentamento e resistência, mas para isso, deve-se continuar a tarefa que Marx iniciou: desvendar a essência e a lógica da sociedade burguesa.

Referências

ANTUNES, R. L. C. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CARRASCO, C; PETIT, M. **Mulheres trabalhadoras e marxismo**: um debate sobre as opressões. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2012.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HUBERMAN, L. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP, 2010.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**: São Paulo: CEBRAP, 2010.

KERGOAT, D. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In: Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosófico**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 27ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: Volume I. 9ª ed. São Paulo: DIFFEL, 1984.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classe**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, C. M. D. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática e instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TOLEDO, C. **Mulheres: O gênero nos une, a classe nos divide**. 2. ed. São Paulo: Sundemann, 2008.

Renata Gomes da COSTA Trabalhou na concepção, delineamento e redação do artigo. Professora Adjunta I da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Monique Soares VIERA Trabalhou na concepção, delineamento e redação do artigo. Professora Adjunta II na Universidade Federal do Pampa (Campus São Borja). Vice-Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Direitos Humanos e Fronteira. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).
